

## **DISPOSITIVO CARNISTA: O CONSUMO DA CARNE POR UMA PERSPECTIVA POLÍTICA**

**CARNIST DEVICE: MEAT CONSUMPTION FROM A POLITICAL PERSPECTIVE**

**DISPOSITIVO CARNISTA: EL CONSUMO DE CARNE DESDE UNA PERSPECTIVA  
POLÍTICA**

Iasmim Gonçalves de Santana<sup>1</sup>  
Diego Solci Toloy<sup>2</sup>

**Resumo:** Há juízos de valores acerca da vida animal não humana que se solidificam por meio da cultura que se alia nesse processo, ditando o normativo ou patológico, certo ou errado. Assim, para compreender a problemática que se configura o consumo da carne, é necessário desnaturalizar a prática, visto que o tipo de alimentação que uma sociedade possui é ideológica, cultural e política. Dessa forma, essa prática se respalda em normas sanitárias e arquitetônicas, valendo-se de uma combinação de variação de linhas de saber e de poder para produzir formas específicas de comportamento. Consequentemente, o consumo de carne é tratado como um axioma social, determinando valores, hábitos e comportamentos, dicotomizando os animais entre amáveis e comíveis. Para tanto, faz-se emergente interromper o percurso normal desse paradigma, estabelecendo a relação entre as escolhas e as consequências, em contrapartida com o que se promove em meios midiáticos e acadêmicos.

**Palavras-chave:** Cultura; Desnaturalizar; Normas; Comportamentos; Paradigma.

**Abstract:** There are value judgments about non-human animal life that are solidified through the culture that is aligned to this process, dictating the normative or pathological, right or wrong. Therefore, to understand the issue that the consumption of meat represents, it is necessary to denaturalize the practice, as the type of diet a society adopts is ideological, cultural, and political. In this way, this practice is supported by sanitary and architectural norms, using a combination of different lines of knowledge and power to produce specific forms of behavior. Consequently, meat consumption is treated as a social axiom, determining values, habits, and behaviors, dichotomizing animals into lovable and edible categories. To do so, it becomes imperative to disrupt the normal course of this paradigm, establishing the relationship between choices and consequences, in contrast to what is promoted in media and academic circles.

**Keywords:** Culture; Denaturalize; Norms; Behaviors; Paradigm.

---

<sup>1</sup> Contato principal para correspondência editorial. Sem ORCID informado. E-mail: iasmimsgoncalves@gmail.com

<sup>2</sup> Sem ORCID informado. E-mail: ditoloy@gmail.com

**Resumen:** Existen juicios de valor sobre la vida animal no humana que se consolidan a través de la cultura, la cual interviene en este proceso dictando lo normativo o lo patológico, lo correcto o lo incorrecto. Por ello, para comprender la problemática que representa el consumo de carne, es necesario desnaturalizar esta práctica, ya que el tipo de alimentación que adopta una sociedad es ideológico, cultural y político. De esta manera, dicha práctica se fundamenta en normas sanitarias y arquitectónicas, aprovechándose de una combinación de diversas líneas de saber y poder para producir formas específicas de comportamiento. Como consecuencia, el consumo de carne se aborda como un axioma social que determina valores, hábitos y comportamientos, dividiendo a los animales entre aquellos que son amables y los que son comestibles. Por lo tanto, resulta urgente interrumpir el curso normal de este paradigma, estableciendo una relación entre las elecciones y sus consecuencias, en contraposición a lo que se promueve en los medios de comunicación y académicos.

**Palabras clave:** Cultura; Desnaturalizar; Normas; Comportamientos; Paradigma.

## O CONCEITO DE ANIMAL – RELAÇÃO ECO X EGO

O ser humano dispõe de uma existência única, assim como outros terráqueos. Há uma excentricidade em cada existir, onde se expressa sua essência singular. Carrega em si suas próprias funcionalidades e propósitos. Ser um animal é então viver não apenas para responder a estímulos, reagir de maneira maquinária e funcional, é gozar de sua capacidade de receber e responder aos estímulos de forma consciente.

O homo sapiens é uma entre milhares de espécies na árvore filogenética, dividindo esse espaço com todas as outras formas de existência. As interações entre os seres vivos, sendo elas entre a própria espécie ou não, compete às relações ecológicas que estabelecem uma troca fluida de ambiente, sem sobreposição entre uma e outra. O cenário se mantém assim até o momento em que determinada espécie passa a se enxergar enquanto superior em relação às outras, baseando seu argumento em suas próprias ações, que julgam ser mais evoluídas e complexas.

A humanidade perpassa por diferentes períodos de produção de conhecimento, carregando consigo a crença de superioridade. Um dos principais meios utilizados como justificativa é o pensamento religioso que surge de inúmeras vertentes, cada uma carregando consigo um argumento que coloca o ser humano acima de outros animais, fazendo o uso de um livro ou de um deus para sentir-se seguro em seus pensamentos e ações que promovem o sofrimento e a exploração animal.

No século XVIII, iluministas – como por exemplo, René Descartes – visualizavam animais como máquinas e chegaram à conclusão de que os animais não eram dotados de consciência, não poderiam sentir dor ou prazer e, portanto, sua função era servir aos humanos (Chuahy, 2009). É possível observar que a atuação da relação “eco” foi sobreposta pela relação “ego”, na qual a excentricidade do existir foi interrompida pela ideia de superioridade entre as espécies.

No ano de 2012, cientistas de entidades renomadas, como MIT, Harvard, Princeton e Instituto Max Planck se reuniram para uma conferência a respeito da consciência animal na Universidade de Cambridge, localizada na Inglaterra. Ao finalizar a conferência, esses cientistas assinaram a Declaração de Cambridge, que contrapõe o pensamento iluminista. Conforme Philip Low (2012), “Os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos”.

Posto que há semelhanças demonstradas cientificamente, há consciência nesse existir animalesco. Dito isso, uma das justificativas para sobreposição de espécie se desarma, a consciência comprovada põe aos sentidos humanos a veracidade de que os seres considerados inferiores não são indiferentes às características consideradas únicas aos humanos, eles também sentem dor e prazer. As reações agonizantes até a morte não são respostas aos estímulos de maneira maquinária e funcional, são respostas conscientes que denunciam a dor e a violência exercida por outra forma de existir.

Para cada existência há seus prazeres e suas dores, que se tornam possíveis em razão da consciência, que não é exclusiva ao ser humano.

O que nos acontece – seja aos nossos corpos, à nossa liberdade ou às nossas vidas – importa para nós, porque faz diferença quanto à qualidade e à duração das nossas vidas, conforme experimentadas por nós, quer os outros se importem com isso, quer não (Regan, 2006, p. 72).

## **DIREÇÕES OPOSTAS: *PETS* OU ALIMENTOS**

Foi revelado que há preconceitos e juízos de valores de sobreposição estabelecidos para com a vida animal não humana, que se estrutura na lógica de que humanos são conscientes e as

outras espécies não são capazes de possuí-la. Para além da divisão consciente e não consciente, existe uma subdivisão, os que se tornarão alimentos – além do uso destes para vestimentas e testagem de cosméticos, remédios, etc., sendo utilizados para serventia humana, como foi defendido pelos iluministas enquanto função dos animais não humanos – e os que serão considerados como companheiros: os famosos “*pets*”.

Os animais que são destinados para a casa dos seres humanos, enquanto companheiros e não como alimento, são aqueles que são considerados como “*pets*”, “animais domésticos”, “bicho de estimação”, termos que demonstram essa visão de superioridade da espécie humana, pois são credores da possibilidade de serem “donos” de outra espécie. A problemática disso é raramente discutida, principalmente considerando os meios de reforçamento desse ideal, como, por exemplo, o meio jurídico, uma vez que o Código Civil Brasileiro de 2002<sup>3</sup> estabelece os animais como propriedades legais.

A discussão sobre o comportamento de superioridade, que altera a relação de “eco” para “ego”, determina animais não humanos como servidores, nega a senciência de determinados seres e os categoriza entre comestíveis e amáveis. É necessário rotular esse agir enquanto especista para compreender a gravidade desses atos. Assim, Carlos Naconecy (2006) define o especismo como: “uma forma de chauvinismo porque consiste no tratamento inferior, discriminatório e diferenciado por parte dos membros de uma classe privilegiada (a ‘superior’) daqueles indivíduos que estão fora dessa classe, e para o qual não há uma boa justificativa” (Naconecy, 2006, p. 70).

## **O PAPEL DA CULTURA NA SEPARAÇÃO DO ANIMAL HUMANO E NÃO HUMANO**

Os pensamentos erguidos por uma sociedade são estabilizados pela estrutura que compõe aquele meio social. Em detrimento disso, a exposição a determinados fatores é capaz de atravessar a subjetividade, impondo uma forma de pensar, sentir e agir, permitindo que saia do campo teórico e discursivo para a prática cotidiana. Permite, ainda, uma transmutação da potência de acontecimento para um meio concreto de realização, deixando de ser incômodo e atingindo a naturalização dessa realidade. Não há desconforto em comer membros de cadáveres,

---

<sup>3</sup> Art. 1.447. Podem ser objeto de penhor máquinas, aparelhos, materiais, instrumentos, instalados e em funcionamento, com os acessórios ou sem eles; animais, utilizados na indústria; sal e bens destinados à exploração das salinas; produtos de suinocultura, animais destinados à industrialização de carnes e derivados; matérias-primas e produtos industrializados.

mas há estranhamento em não comer. O não consumo de carne tem nome: vegetarianismo; diferentemente da alimentação que tem como base a exploração animal. Existe nome para a prática que difere, mas não há nomenclatura que contemple o padrão de verdade que delimita o normal e o anormal.

A cultura se alia nesse processo, ela dirá o que será normativo ou patológico, certo ou errado. É possível observar o atuar dos meios culturais na alimentação de cada país; um exemplo clássico é o comparativo entre Brasil e China. Os brasileiros se chocam ao verem cenas em que chineses consomem o corpo retalhado de cachorros, já que, no Brasil, essa espécie não foi categorizada como comestível, mas como “*pet*”. De maneira adversa, o corpo desmembrado e exposto de uma vaca não provoca as mesmas reações, pois, para os brasileiros, essa espécie foi determinada enquanto alimento, o que, por sua vez, poderia provocar repulsa em um indiano, tendo em vista a vaca ser considerada um animal sagrado em sua cultura.

Diante dessa exposição, o psiquismo se molda para se adaptar aos hábitos introduzidos pela cultura vigente. Ao colocar um animal que se assemelha com um bicho de “estimação” no prato não haverá umnexo causal entre as duas espécies, um dos motivos para tal é o entorpecimento psíquico. Esse processo se faz em virtude de uma tentativa de defesa da mente humana, a fim de se desconectar mental e emocionalmente da experiência de comer outro ser consciente (Joy, 2014). A visão sobre o ato se construiu distorcida, não será uma vida debruçada em sangue, será apenas mais uma refeição, ainda que tenha custado uma vida.

O produto ideológico que se carrega está engrenado em vertentes que o próprio humano desconhece, restando-lhe atribuir esses valores ao que ele considera como natureza. Assim, faz parte do discurso a ideia de que é da “natureza humana” se alimentar de outros animais. Ao considerar como natureza humana, retira-se a angústia de ser responsável pelos questionamentos desses regimes de verdade, fazendo com que geração após geração, siga domesticando e se alimentando dos mesmos animais, sem qualquer constrangimento ou culpa.

## CONSEQUÊNCIAS – ANIMAIS, HUMANOS E MEIO AMBIENTE

As consequências que permeiam a produção e o consumo da carne são pouco difundidas e, por vezes, sequer são citadas. A culpabilização é direcionada para outros agentes, criando e alimentando a crença de que os problemas globais podem ser resolvidos na esfera individual, ao mesmo tempo que subsidiam a produção dos verdadeiros agentes promotores da destruição ambiental. Existe, dessa forma, a ilusão de que não é problemático fazer determinadas **escolhas**,

essa possibilidade surge como recorrente diante do distanciamento entre o processo de produção e o produto final, pois não se registra a produção tal como ela se produz (Deleuze & Guatarri, 2010).

O ato de distanciar o processo produtivo do produto final se constrói no estabelecimento de uma superfície encantada de inscrição, ou de registro, que atribui a si própria todas as forças produtivas e os órgãos de produção, e que opera como quase-causa, comunicando-lhes o movimento aparente (o fetiche) (Deleuze & Guatarri, 2010, p. 24).

Com isso, é possível e necessário recorrer ao conceito de “fetichismo da mercadoria”, cunhado por Karl Marx em sua obra *O Capital* (1867/2006), termo este que diz sobre a ocultação das relações sociais de exploração do trabalho. Assim, o que será comercializado não fará jus ao meio em que ocorreu, permitindo apenas acesso ao aparente, ao fetiche como parte distanciada de sua composição.

Com o encortinamento posto, o público não tem acesso aos bastidores sanguinários em que se produz a carne, local repleto de sofrimento animal, humano e ambiental. A demonstração científica de substratos neurológicos em determinados animais vem a embasar o sofrimento sentido por eles, sendo este ofertado desde o confinamento, em condições inóspitas, até seu degolamento em máquinas rotatórias – além de algumas espécies evisceradas ou cozidas vivas, sob o argumento triunfal dos estabelecimentos de utilizar alimentos “frescos”, como o caso de peixes, lagostas, caranguejos, polvos, dentre outros.

As contrariedades desse tipo de cultura alimentar não são basificadas apenas na sciência desses seres, mas na implicação antiética que envolve essa prática. A ética em contexto geral urge da necessidade de orientar as decisões humanas, sendo que sua aplicação no aspecto animalesco decai sobre o “sofrimento intencional”. Contudo, o sofrimento animal é de maneira abundante ocasionada pela utilização de seus corpos como meras máquinas servis socialmente aceitas (Naconecy, 2006). Em contraponto, a Ética Animal centra-se no sensocentrismo que difere da ética antropocêntrica, na qual se defende o ser humano como o único merecedor do direito moral que o protege de práticas advindas de ideologias violentas – como, por exemplo, nazismo, racismo, machismo, entre outras.

O sofrimento humano acoplado à produção da carne é invisibilizado, pois denunciaria os bastidores da carnificina. Os trabalhadores que estão diretamente em contato com o animal, durante seu desmembramento, estão sujeitos a possíveis acidentes com as máquinas que operam, além dos distúrbios psicológicos provenientes da exposição prolongada à violência – como Transtorno de Estresse Pós-Traumático<sup>4</sup> (TEPT) (Joy, 2014).

Além disso, a indústria da carne ergue-se com o alicerce do tráfico humano e da escravidão moderna, sendo uma parte intrínseca da natureza dessa produção (Jardim, 2017). Um destaque para a escravidão nessa indústria compete ao departamento pesqueiro, principalmente em países que são grandes exportadores de peixes, como a Tailândia. Algumas investigações realizadas por grupos, como Greenpeace e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), advertem que a maioria das pessoas cumpre todos os requisitos para ser considerada escravo moderno (Nicholl, 2019).

Ademais, os trabalhadores dessa indústria não são os únicos humanos submetidos às consequências da exploração animal. Os consumidores de cadáveres desmontados são expostos a substâncias tóxicas, como hormônios sintéticos, que estão associados ao câncer, conforme pesquisa promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que classifica as carnes processadas como grupo 1 de carcinogênicos, pois já há evidências suficientes que comprovem a ligação entre o consumo de carne com a suscetibilidade ao câncer (Instituto Nacional de Câncer, 2015).

Ao considerar que animais humanos e não humanos são terráqueos, torna-se impossível vivenciar a sobreposição sem impactar o local de habitação em comum. O impacto do consumo da carne de outros animais é visto por meio do declínio dos ecossistemas, do desmatamento e da poluição global como resultado da expansão da agricultura (McNeill, 2006). Com efeito, a alteração nos ecossistemas leva ao desaparecimento de determinadas espécies, como consequência da mudança em seu habitat natural. O desmatamento de áreas florestais surge nas entrelinhas da criação de gados para alimentação humana, já que apenas cerca de 20 por cento das terras agrícolas do planeta são usadas para produzir alimentos que são consumidos diretamente pelas pessoas, enquanto cerca de quatro vezes mais é usado para alimentar o gado (Haan, Gerber & Opio, 2010).

Outrossim, a superlotação planetária de algumas espécies – existente pela criação de “animais de abate” – causa emissão em massa de gases, como metano, óxido nitroso e amônia,

---

<sup>4</sup> O transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) consiste em reações disfuncionais intensas e desagradáveis, que têm início após um evento extremamente traumático.

sendo responsável, respectivamente, por 37%, 65% e 64% das emissões desses gases na atmosfera (Joy, 2014). Esses gases são os principais responsáveis pelo superaquecimento na Terra, aumentando de maneira ainda mais veloz a destruição do ecossistema planetário.

Apesar das consequências apresentadas, a mídia como responsável pela promoção de informações massivas trata a respeito disso com distorção, dando visibilidade para informações seletivas que propagam o sistema que o produz (Bella, King & Kailin, 2003). Os impactos são desviados para esfera individual, com a ideia de culpabilizar pequenos atos praticados por um sujeito – como a utilização de automóveis, tempo de duração de um banho, entre outros –; é com esse direcionamento que se mascara a verdadeira identidade dos promotores da destruição ambiental e a sociedade permanece deixando vítimas de um sistema que os próprios agentes desconhecem (Joy, 2014).

## **O QUE É CARNISMO? – A IMPORTÂNCIA DE SE NOMEAR**

Para compreender a problemática que se configura o consumo da carne, é necessário desnaturalizar a prática para visualizar que não se trata apenas de valor nutricional. O tipo de alimentação que uma sociedade possui é ideológica, cultural, política e vem carregada de simbolismos passados de forma transgeracional – como a ideia de que se necessita consumir proteína animal e sua associação à resistência física (Adams, 2018). Por isso, alimentar-se de outros animais é um simbolismo de poder que uma espécie impõe sobre a outra.

Ao pensar sobre como questionar esse regime de verdade que determina hábitos de uma sociedade, a psicóloga e ativista animal, Melanie Joy, cunhou o termo “carnismo”, que se refere à ideologia por trás da produção e do consumo da carne. A criação do termo, em vez da utilização de palavras normalmente veiculadas, como “carnívoros” ou “onívoros”, faz-se necessária em razão do significado dos demais termos. Os carnívoros são animais que dependem da carne para sobreviver e onívoros são aqueles que possuem aptidão fisiológica para o consumo da carne. Desse modo, tais definições não competem ao consumo de carne pelos humanos, pois não é uma necessidade biológica, mas um posicionamento filosófico – ainda que não seja visto de tal forma (Joy, 2014).

Atribuir nome e significado é essencial para retirar do invisível aquilo que foi empregado enquanto verdade. É necessário nomear, conceituar, compreender, para então questionar aquilo

que é posto em uma mesa, mas, além disso, questionar o que nos foi dado como normal e natural, permitindo-se o exercício de pensar como esse consumo opera na existência humana e os seus impactos em outros modos de existência. Partindo desse princípio, é deixado para trás a convicção de que aquela prática é a normal, a correta e a verdadeira, abandonando a falácia de que se trata da natureza humana e passando a visualizar como uma cultura difundida e enraizada que pode e deve ser questionada.

## **DISPOSITIVO – DIZIBILIDADE, VISIBILIDADE, PODER E SUBJETIVAÇÃO**

Para assim estabelecer um pensamento crítico e uma maior compreensão acerca de uma realidade que considera determinados seres vivos como comestíveis em detrimento de outros que serão considerados domésticos, utilizaremos o conceito de “dispositivo”, desenvolvido por Foucault em sua obra e ao longo das entrevistas concedidas. Para Foucault (2000), um dispositivo seria:

...um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

Dessa forma, o conceito de dispositivo fornece as pistas necessárias para compreender por meio de que operações se estabelecem relações distintas entre os animais, sendo possível analisar as diferenças paradigmáticas que ligarão certos animais à alimentação, enquanto outros serão concebidos como animais de estimação. O respaldo dessa ideia acontece em normas sanitárias que estabelecem o conjunto de parâmetros para se processar a carne de um animal destinada ao consumo e o conjunto de leis que criminalizam os maus-tratos a animais<sup>5</sup>, inclusive com previsão de pena prisional; também se pode comparar a arquitetura de um matadouro, segundo sua organização espacial, voltada à otimização do processo de abate, desmembramento e distribuição da carne, com a arquitetura de um *Pet Shop*, voltada ao cuidado e à exibição de

---

<sup>5</sup> Lei 9.605/95, art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

filhotes, futuros pets, ou ainda é possível comparar um *Pet Shop* a um açougue, no qual a área de exibição deste substitui os filhotes fofinhos por retalhos de carne prontos para o consumo.

Gilles Deleuze (1999), por sua vez, observa o dispositivo como uma máquina ótica capaz de fazer ver e falar sobre determinado objeto. A partir das formulações foucaultianas, Deleuze concebe o dispositivo como um conceito operatório multilinear, estruturado em três grandes eixos: saber, poder e (produção de modos de) subjetivação.

Segundo este autor, a forma como as pessoas se relacionam com os objetos que estão no mundo passa pelos modos de ver e de falar sobre tais objetos, modos estes disponíveis em determinado contexto histórico (dimensão do saber). O fato de não se poder ver um objeto ou enunciá-lo de qualquer forma evidencia que tais possibilidades se encontram atreladas aos jogos de forças e de interesses de determinado episteme, evidenciando assim o eixo do poder. Por fim, a dimensão da subjetividade (ou as possibilidades de subjetivar o mundo e a si mesmo) emerge justamente da relação que se pode estabelecer com os regimes de visibilidade e dizibilidade que recaem sobre os objetos, segundo os jogos de força vigentes.

Os dispositivos, ao estarem submersos na construção da realidade, auxiliarão na criação do “natural” – termo que aqui diz sobre o que é considerado enquanto normal, e não aquilo que se é inerente ao comportamento humano. É por meio dessa naturalização criada e alimentada pelo dispositivo que não se questionam quais animais são comíveis e porquê. Assim, os dispositivos agem como parâmetro comportamental, para ditar o normal e justificável.

A fim de compreender o sistema carnista, é necessário observá-lo como um dispositivo, entendê-lo como produtor de saber e de poder, que faz sua combinação e variação de linhas para produzir formas específicas de comportamento. O consumo de carne é tratado como um axioma social, determina valores, hábitos e comportamentos, como quais animais são dignos de afeto e quais não passarão de um pedaço desmembrado, retalhado, violado e explorado que será servido em um almoço em família.

Partindo do pressuposto do carnismo enquanto dispositivo, é importante fazer o desmembramento dessa ideologia que basifica o consumo da carne para visibilizar como aconteceu a potência desse ato. Para tanto, as curvas de visibilidade proporcionam o visto, mas, também, o não visto, elas são “formas de luz que se distribuem o claro e o obscuro, o opaco e o transparente, o visto e o não visto” (Deleuze, 1999, p. 66). Na dicotomia do visto e não visto, organizações arquitetônicas são parte de um conjunto heterogêneo que compõe o dispositivo. Os

regimes de enunciabilidade competem a relação entre o que se fala e produz justificativa para tal, valendo-se de discursos filosóficos, morais, filantrópicos e enunciados científicos para qualificar e respaldar o pensamento introjetado por dispositivos.

As linhas de forças de um dispositivo dizem respeito aos caminhos a serem percorridos, as estratégias que serão necessárias, elas delimitam e reafirmam as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade, dessa maneira, as linhas de forças agem como “flechas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras” (Deleuze, 1999, p. 156). Por sua vez, as linhas de subjetividade são aquelas que constituem o pensamento, mas não um pensamento livre por si só, é um constructo consequente de todas as operações de um dispositivo, é aquela subjetividade que atua no segmento do dispositivo.

## **DISPOSITIVO CARNISTA – LINGUAGEM COMO FERRAMENTA**

Em sequência, com o operar do dispositivo carnista são fornecidos meios para amortecer o processo de produção da proteína animal, como a linguagem que se mostra relevante no processo de manutenção desse dispositivo, permitindo a seleção dos componentes de um pensamento, dando ênfase em certas conexões, enquanto desqualifica alguns vínculos, ofertando, assim, a capacidade de desconectar fatos e fantasiar uma existência ou, nesse caso, uma ausência (Rose, 2007).

Com o intuito de evidenciar essa retirada identitária do animal, a ativista Carol J Adams, utiliza em sua obra *Política Sexual da Carne: uma teoria feminista-vegetariana* (2018), o termo “referente ausente” para se referir à perda da entidade animal durante esse processo de aniquilamento de seu corpo. A retirada da vida do animal que será consumido não é assistida e o acesso à informação é restrito, como forma de manter os consumidores adeptos de uma figura que não representa a morte, tornando-a apenas uma ideia implícita que se apresenta por meio da ausência de vida, o referente já se faz ausente.

A projeção dessa opacidade animalesca se constrói desde a entrada de um animal em um matadouro – local com arquitetura projetada para ocultação processual, até o prato servido em uma mesa familiar, onde este se compõe de *carne* que, nesse momento, já não é mais associado ao animal que foi assassinado, fragmentado e retalhado em nome do especismo. Para tanto, a opacidade se torna cada vez menos evidente na cadeia de desmontagem do dispositivo carnista em razão da linguagem eufemista empregada por meio de substituição de termos densos ao

público para termos neutros que não farão menção direta ao ocorrido, como, por exemplo, o uso de “abater” em vez de “matar” ou “assassinar” (Naconecy, 2006).

O eufemismo empregado pelo discurso, se evidencia também quando renomeia corpos mortos antes de os consumidores os comerem. Além disso, nossa cultura mistifica o termo “carne” com a linguagem gastronômica, porque com isso não evocamos morte, animais retalhados, mas apenas cozinha (Adams, 2018, p. 79).

Com subterfúgio, a carnificina se torna disfarçada de valores nutricionais e a opacidade animalesca passa a ser um projeto que se compõe de fragmentações de corpos que serão etiquetados para compor uma refeição. Desse modo, a linguagem e a desmontagem promovem uma visualização distorcida que não possibilita a conscientização da vida que foi retirada. Consequentemente, o referente ausente opera e mantém o tecido social intacto da ideologia violenta que carrega o dispositivo carnista (Joy, 2014).

## **LINHAS DE FUGA DO DISPOSITIVO CARNISTA**

É passível de observação como todos os artifícios utilizados atuam no segmento substancial que compõe um pensamento, conferindo uma vida que se baseia filosófica e economicamente na morte de animais (Adams, 2018). Então, com a utilização de animais como base da exploração que edifica uma sociedade, não se apontam meios alternativos para atingir determinado objetivo, visto que o itinerário habitual é entendido como a forma correta.

Destarte, não se questiona a respeito da inviabilidade ecológica do tipo de ocupação que se dá às terras agrícolas ou mesmo sobre o impacto econômico de manter o perfil que põe esse espaço à mercê da superlotação de gados que possuem um único destino, a morte. A filosofia que fagocita o dispositivo carnista põe ao obscuro todas as implicações dessa forma de existir, optando por intermediar os recursos naturais por meio dos animais em vez de abdicar de um consumo antiético que vem catastroficamente degradando o planeta.

Para além da exploração macro desses seres vivos, é importante que não se cerrem os olhos às implicações que se conduzem a um tamanho exacerbado, pois para cada item – vestimenta, decoração, utensílio, perfumaria, entre outros – há um tipo de sofrimento animal

implícito, fazendo uso de seus corpos – ou partes fragmentadas deles para prover objetos que, na maioria dos casos, é de grande valoração social. Portanto, é conclusivo que a exploração animal não se resume ao consumo da carne, mas a utilização de seus corpos para fins humanos – seja na ciência ou no entretenimento.

Para interromper o percurso normal desse paradigma é necessário estar intelectualmente preparado para estabelecer a relação entre as escolhas e as consequências, em contrapartida com o que se promove em meios midiáticos e acadêmicos, pois o processo de conhecer implica rever seus próprios padrões de verdades, retomar o protagonismo individual de não reproduzir axiomas sociais, mas questioná-los. Faz-se ainda necessário mobilizar-se frente às circunstâncias que até o momento subsidiaram o modo de ver, sentir e pensar o mundo.

Por conseguinte, é prudente que se observe cada naturalização que o meio social ofertou – como *outdoor* de animais retalhados na grelha, animais etiquetados no congelador, perus como símbolo da ceia natalina, entre outros. É por meio desse distanciamento no observar que se faz o berço do questionar, não é um mero olhar de aceitação que agora permeia os pensamentos, mas a dúvida incessante de por que a sociedade naturalizou a violência e a exploração animal.

Para fugir da linguagem eufemista que distorce e camufla como processo de aceitação da brutalidade acometida, cabe o processo de oposição, o que significa tornar literário cada acontecimento que foi neutralizado. Não se come “carne”, são comidos pedaços de cadáveres de animais temperados. Não se “abatem” animais, são mortos e fragmentados. Não é “natural” comer carne, sua prática foi naturalizada por uma sociedade que possui condições científicas e tecnológicas para não o fazer, contudo, o faz.

Embora as linhas que compõem o dispositivo carnista precisam ser desmontadas, isso não pode ser feito quando a carne se faz presente no local de discussão, visto que a tentativa de travar um diálogo sobre os impactos daquele consumo é uma forma de resistir à inércia de um carnista, enquanto ela milita contra a mudança. E, portanto, propor essa resistência em meio aos referentes ausentes é como promover visibilidade à opacidade animalesca enquanto a própria reifica os códigos antigos (Adams, 2018).

Em meio à tentativa de escapar de um dispositivo que serve como guia comportamental de uma sociedade, a propensão ao êxito é maior após conhecer cada mecanismo de autovalorização do mesmo. Assim, faz-se necessário o desmembramento da ideologia que o alicerça. Após fragmentá-lo, é preciso levantar contrapontos que indiquem os inúmeros malefícios causados por essa alimentação que somente vista à distância pode significar apenas um ato nutricional. Na busca da ruptura é preciso...

## REFERÊNCIAS

- Adams, Carol (2018). *A política sexual da carne: uma teoria feminista-vegetariana*. São Paulo: Alaúde.
- Bella, David, King, Jonathan & Kailin, David (2003). The Dark Side of Organizations and a Method to Reveal It. New Jersey: *Emergence*, 5(3). Recuperado de <http://cognexus.org/darkside.pdf>
- Chuahy, Rafaella (2009). *Manifesto pelos Direitos dos Animais*. Rio de Janeiro: Record.
- Deleuze, Gilles (1999). Que és un dispositivo? In Etienne Balibar, Hubert Dreyfus, & Gilles, Deleuze (Eds.), *Representando um dispositivo* (pp. 155-163). Barcelona: Gedisa.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix (2010). *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- Foucault, Michel (2000). Sobre a História da sexualidade. In Michel Foucault. *A vontade de saber. Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Haan, Cees de, Gerber, Pierre, & Opio, Carolyn (2010). Structural Change in the Livestock Sector. In Fritz Schneider, Harold Mooney, Henning Steinfeld, & Laurie Neville (Eds.), *Livestock in a changing landscape: drivers, consequences, and responses* (p. 35). Washington: Island.
- Instituto Nacional de Câncer (2015). *OMS classifica carnes processadas como cancerígenas*. Recuperado de <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/rrc-32-prevencao-o-cancer-embutido.pdf>.
- Jardim, Claudia (2017, 6 de agosto). “Me sentia doente, não podia trabalhar mais”: os trabalhadores em regime de escravidão moderna na Tailândia. *BBC Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40748588>.
- Joy, Melanie (2014). *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas*. São Paulo: Cultrix.
- Lei nº 9.605*, de 12 de fevereiro de 1998 (1998). Ratifica por meio do art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm).
- Lei nº 10.406*, de 10 de janeiro de 2002. (2002). Institui o Código Civil por meio do Art.1.447 que podem ser objeto de penhor máquinas, aparelhos, materiais, instrumentos, instalados e em funcionamento, com os acessórios ou sem eles; animais, utilizados na indústria; sal e bens destinados à exploração das salinas; produtos de suinocultura, animais destinados

- à industrialização de carnes e derivados; matérias-primas e produtos industrializados. Brasília, DF. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm).
- Low, Philip (2012). *Consciousness in Human and Non-Human Animals*. Recuperado de <https://fcmconference.org>.
- Marx, Karl (2006). *O capital*. São Paulo, SP: Editora Civilização Brasileira. (Original publicado em 1867).
- McNeill, John (2006). Population and the Natural Environment: trends and challenges. In: Wiley Blackwell (Comp.), *Representando population* (pp.183-201). New York: Population Council. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/20058948>.
- Naconecy, Carlos (2006). *Ética & Animais: um guia de argumentação filosófica*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Nicholl, K. (2019, 20 de janeiro). A conexão entre a sua lata de atum e a mão de obra escrava. *El País*. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/16/actualidad/1547638155\\_877234.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/16/actualidad/1547638155_877234.html).
- Regan, Tom (2006). *Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos dos animais*. Porto Alegre: Lugano.
- Rose, Nikolas (2007). Inventando nossos eus. In Tadeu Tomaz da Silva (Ed.), *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica.